

“A riqueza na medida do possível”: bens e atividades econômicas entre os alforriados em Mariana – (1727 a 1838)

Rogéria Cristina Alves
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
rogeriaufmg@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva investigar as formas de ascensão econômica e social experimentadas pelos alforriados no Termo de Mariana, entre 1727 e 1838. Analisam-se, através dos testamentos e inventários *post-mortem* de homens e mulheres forros as possibilidades encontradas e criadas por eles para se sustentarem, angariarem posses materiais e obter reconhecimento e distinção na sociedade em que viviam. Compreende-se que as formas de ascensão econômica e social disponíveis aos alforriados devem ser vistas sob uma ótica específica: a riqueza disponível a esses indivíduos e a ascensão social deles em um meio que se pensava quase exclusivo de livres e brancos.

Palavras-chave: Alforriados; ascensão social e ascensão econômica.

O objeto de estudo desta pesquisa são os alforriados, testadores e inventariados, que habitaram o Termo de Mariana durante o século XVIII. As fontes investigadas são os inventários *post-mortem* e os testamentos que pertenceram a alguns destes homens e mulheres, que foram moradores desta região. Portanto, ressalta-se que lidamos com parte da população alforriada: aqueles que conseguiram obter a alforria e que juntaram bens materiais, a ponto de dispô-los em testamentos e (ou) de terem suas posses inventariadas, após o falecimento.

No século XVIII, a capitania das Minas foi a região com o contingente mais expressivo de escravos do Brasil colônia. Minas era um crisol de gentes e culturas, com regiões bastante urbanizadas, circulação intensa de pessoas, mercadorias e objetos, oriundos, muitas vezes, de terras distantes. O termo da cidade de Mariana, também chamado de “Termo de Mariana” pode ser definido como uma vasta região territorial,

que ia dos sertões dos rios Pomba, Muriaé e Doce, chegando às fronteiras do Rio de Janeiro.¹ A cidade de Mariana, juntamente com Vila Rica, constituiu uma das regiões de ocupação mais tradicionais do território mineiro. Sobre Mariana e seu Termo produziu-se um rico manancial de fontes históricas que nos permitem obter os dados necessários para concretização desse trabalho.

O acesso dos forros a bens materiais existentes em “sua época e que, em muitos casos, eram de uso quase exclusivo dos livres e dos ricos” (PAIVA, 2007, p. 511) figura como um importante indício de ascensão socioeconômica deste grupo. Acredita-se que as trajetórias de sucesso econômico dos forros – expressas nos testamentos e especialmente, nos inventários *post-mortem* – podem lançar luz sobre o cotidiano desta população, possibilitando-nos conhecer quais eram as escolhas, opções e estratégias que estes sujeitos podiam acessar. E embora as fortunas adquiridas pelos alforriados muitas vezes fossem menores do que os cabedais possuídos pela população branca, elas não devem ser desconsideradas. Ressalta-se que o objetivo aqui não é realizar uma análise em torno da cultura material² da população forra, embora a análise sobre a posse de bens materiais seja um caminho para se conhecer as condições de vida destes sujeitos.

Os alforriados testadores e inventariados pesquisados revelaram ser agentes inteirados dos códigos sociais, das posturas e dos modos de vida adotados pela elite colonial. Proprietários de muitos bens, senhores de escravos, credores, pequenos comerciantes, capitães: estes são alguns dos papéis desempenhados por eles. Homens e mulheres, que vieram da África para as Minas Gerais como escravos, conseguiram se libertar do cativo, adquiriram quantias significativas de bens materiais e ainda buscaram inserção em redes sociais privilegiadas, como é o caso da liberta Mariana da Silva.³ Dona de significativa quantia de bens, ela indicou como

1. Informação disponível in: SOUZA, W. Peluso A. de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: *Ensaio sobre o ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1978. P. 1-145.

2. Cultura material, segundo, Jean-Marie Pesez, compreende a relação entre o homem e os objetos (sendo o próprio homem, seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura. In: LE GOFF, J. (Direção). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. P. 181.

3. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (doravante citado apenas como AHCSM). 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Mariana da Silva. Data: 1755. Códice122, auto 2456.

um de seus testamenteiros um dos homens mais ricos da localidade onde morava. E ela não foi a única: outros alforriados também mantiveram relações com homens brancos abastados das Minas.

Mas nem todos libertos tiveram o mesmo destino. Alguns conseguiram reunir quantias significativas de bens, enquanto outros: “[...] talvez a maioria, pouco se diferenciavam dos próprios escravos, o que era reforçado pelos inúmeros registros de libertos que habitavam os quilombos” (GONÇALVES, 1998, p. 218). Muitos viveram na miséria após se alforriarem e nem todos obtiveram sucesso ou alcançaram a ascensão socioeconômica. Não foram raros os testamentos de alforriados em que apareceram alistados pouquíssimos bens materiais, como panelas velhas, pratos furados e roupas usadas. O forro Domingos Dias Penido, por exemplo, declarou que seus únicos bens eram uma mesa, uma caixa e um capote de pano usado.⁴

Embora se reconheça que testamentos e inventários *post-mortem* sejam fontes históricas limitadas por uma série de questões, acredita-se que tais documentos, pertencentes aos libertos, sejam fontes portadoras de informações valiosas, que podem ser utilizadas em diversos tipos de investigações. Estas fontes trazem informações sobre a vida material dos sujeitos e também contêm informações sobre o universo social criado e habitado por eles. Produzidos na época da morte, tais documentos contêm informações sobre vários aspectos da vida do falecido, assim como daquela sociedade em que ele viveu. Destarte, através do estudo e análise dos relatos deixados nestes documentos é possível construir análises profícuas e reveladoras. E nos dizeres da historiadora Junia Furtado: “nas mãos do historiador, eles (*os testamentos e inventários post-mortem*) podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual” (FURTADO, 2009, p. 93).

Foram consultados, no total, 167 documentos pertencentes a homens e mulheres forros, sendo 97 testamentos e 70 inventários *post-mortem*. O espaço temporal abarcado por estas fontes contabiliza 111 anos, sendo o documento mais antigo pesquisado um testamento do ano de 1727 e o mais recente um inventário *post-mortem* datado de 1838. No entanto, ressalta-se que não foram encontrados documentos para

4. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Domingos Dias Penido. Data: 1754. Livro 64.

todos os anos desse extenso período e que grande parte dos documentos concentra-se no período de 1750 a 1800.

Optamos por não estabelecer um recorte temporal específico por acreditar que se assim procedêssemos, limitar-se-ia a visão almejada sobre o grupo dos alforriados. Dessa forma, o critério para a escolha do primeiro e do último documento pesquisado obedeceu estritamente à disponibilidade das referidas fontes no arquivo consultado. A documentação pesquisada encontra-se disponível para consulta no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e está abrigada em diferentes grupos referentes aos Cartórios de 1º e 2º Ofícios.

Evidências das atividades econômicas desenvolvidas pelos alforriados testadores e inventariados foram encontradas em 19% da documentação total pesquisada. Deste percentual, 8,5% eram documentos pertencentes a homens forros e 10,5% a mulheres forras. É preciso considerar que o silêncio de muitos forros acerca do tipo de ocupação que exerciam pode ser um indicativo de que eles viviam do trabalho de seus escravos, como ponderou Junia Furtado (2002, p. 502). E que mesmo aqueles que viviam de alguma atividade econômica específica, podem tê-la desempenhado por meio de seus cativos.

Em estudo sobre a vida dos alforriados em Portugal, Saunders (1994) identificou algumas das atividades que eram preferencialmente desempenhadas por eles:

Em Lisboa, os libertos, assim, como os escravos, trabalhavam na faina de barqueiros, ao longo do rio, e outros, embarcavam na qualidade de marinheiros ou intérpretes no trato com o Ocidente africano. As mulheres negras livres residentes em Lisboa arranjavam facilmente consideráveis somas em dinheiro trabalhando em ocupações temporárias na Mina: em 1565, duas delas tinham bens nos valores de 10000rs e 60000rs. Na cidade, mais propriamente, as descrições de J. Brandão acerca da força laboral implicada nas diversas atividades da década de 1550 indicam que os negros livres trabalhavam precisamente nas mesmas ocupações manuais e servis atribuídas aos escravos negros. O rol de tributos de 1565 confirma esta mesma conclusão. [...] Por todo o Portugal, uma ocupação havia sempre aberta aos negros, em especial às mulheres – a de estalajadeiro. [...] Na década de 1550, Rodrigues de Oliveira dá conta de uma rua chamada Beco da Estalagem da Negra, na freguesia de Santa Justa, em Lisboa, ao mesmo tempo em que Jakob Cuelbis deixou escrito que

nas suas viagens a Portugal e a Castela, corria o ano de 1599, pernoitou em várias estalagens de patroas negras (SAUNDERS, 1994, p. 195-196).

Para o autor, os alforriados em Portugal só tinham duas possibilidades de ascender socialmente: “obtendo patrocínio da igreja ou sendo possuidor de uma honrada individualidade, ou ainda, na fusão de ambas” (SAUNDERS, 1994, p. 196). Os alforriados, em Portugal, teriam que se adequar aos padrões da sociedade em que viviam, encaixando-se num perfil social, que normalmente caberia a um indivíduo livre e branco e que certamente não estava envolvido com trabalhos e atividades manuais. Mas a colônia portuguesa na América admitia outras formas de ascensão aos egressos do cativo. Minas era um espaço físico, cultural e social que admitia valores e situações distintos daqueles que eram apregoados em Portugal.

Segundo Douglas Cole Libby (2006, p. 65), as ocupações mais exercidas pelos homens na sociedade colonial: sapateiro, alfaiate, carpinteiro, ferreiro/ferrador, latoeiro, músico, lenheiro, pedreiro, barbeiro/cabeleireiro, carreiro, marceneiro, pintor, boticário, serralheiro, capineiro, caldeireiro, relojoeiro, escultor, enfermeiro, seleiro, tintureiro, fogueteiro, chupeteiro, sombreireiro, funileiro, entalhador, canteiro, armeiro, esteireiro, carreiro, cerqueiro e torneiro. Duas atividades econômicas foram as mais comuns entre os alforriados testadores e inventariados no Termo de Mariana: o pequeno comércio e a exploração mineral.

Quadro 1: Atividades econômicas desenvolvidas pelos homens forros no Termo de Mariana (1727-1838)

Atividade econômica	Número de homens forros
Pequeno comércio	6
Exploração mineral	4
Plantações e criações de animais	3
Sapateiro	1
Total	14

Fontes: Testamentos e inventários *post-mortem* do AHCSM

Quadro 2: Atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres forras no Termo de Mariana (1727-1838)

Atividade econômica	Número de mulheres forras
Pequeno comércio	13
Plantio e venda de alimentos	2
Prestação de serviços	2
Exploração mineral	1
Total	18

Fontes: Testamentos e inventários *post-mortem* do AHCSM

Entre os homens forros, assim como entre as mulheres forras, o pequeno comércio foi a atividade econômica mais comum, seguida pela exploração mineral e pela plantação de alimentos e criações de animais. O pequeno comércio exercido pelos alforriados esteve ligado à produção de comestíveis e foi exercido pelos forros de uma maneira geral – independentemente do número de bens, que cada um deles detinham. É o caso, por exemplo da liberta Antônia Rodrigues Lima, que tinha a soma total de seus bens avaliada em 462\$720 (quatrocentos e sessenta e dois mil setecentos e vinte réis).⁵ Deste valor, a maior parte estava concentrada em utensílios domésticos que tinham ligação com a produção de alimentos.

Tereza de Oliveira, moradora o arraial de Catas Altas, em 1778, era natural da Costa da Mina.⁶ Solteira e mãe de quatro filhos, a forra possuía além de uma casa, com quintal e bananal, vários tachos de cobre em diferentes tamanhos e pesos e algumas joias. Senhora de três escravos, certamente Tereza estava envolvida com o pequeno comércio, pois ela mesma declarou que várias pessoas a deviam e que tudo estava registrado em seu livro de assentos. Chama-nos a atenção o fato dos devedores de Tereza serem, em sua maioria, forros e também escravos, o que sugere a construção de uma rede não só econômica entre estes indivíduos, mas também a criação de mecanismos de solidariedade e sociabilidade.

Débora Camilo (2009) ponderou que é importante considerarmos que na colônia, os ramos mais lucrativos do comércio estiveram

5. AHCSM. 1º Ofício. Inventário *post-mortem* de Antonia Rodrigues Lima. Data: 1776. Códice 101, auto 2104.

6. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Tereza de Oliveira. Data: 1778. Livro 57.

concentrados nas mãos de homens de origem portuguesa, e que restava aos setores mais pobres da população, em especial às mulheres forras, o ingresso em atividades menos lucrativas como o comércio de comestíveis, além das atividades de lavar e costurar roupas, cuidar de expostos e trabalhar como parteiras (CAMILO, 2009, p. 66).

Ainda segundo a autora, a pequena atividade comercial exercida pelas mulheres de ascendência africana carecia de baixo investimento em materiais. A produção de doces, quitandas e outros alimentos era relativamente barata e estava disponível aos libertos. Assim, tanto para Camilo (2009) como para Flávio Puff (2006) – ambos estudiosos do pequeno comércio exercido pelas forras na região de Vila Rica e Mariana – o baixo investimento em matérias-primas e utensílios foi a razão principal para o grande envolvimento de africanas e crioulas com o comércio:

A participação expressiva das forras no comércio explica-se pelos poucos recursos financeiros que eram exigidos para o ingressante na atividade mercantil de pequena monta. As mulheres recém-alforriadas acabavam por ter restritas opções, dado o estado de pobreza o que as levava a escolher o comércio, de quitutes e bebida, como opção para a sobrevivência no pós-cativeiro (PUFF, 2006, p. 63).

Os homens libertos também investiam no pequeno comércio de comestíveis, que, certamente, foi exercido por suas escravas. A presença de objetos relacionados a esta atividade comercial, tais como tabuleiros, bacias de fazer doce e pães, chocolateiras, balanças de pesar, potes e jogos de medidas foi notória nos testamentos e inventários dos homens forros. No entanto é preciso considerar o fato de que dos seis homens forros envolvidos com o pequeno comércio, cinco eram casados e apenas um era solteiro. Ou seja, talvez o envolvimento com tal atividade fosse uma iniciativa das esposas, que eram todas elas, alforriadas e de origem africana. Outra evidência que reforçaria tal suposição é o fato de que algumas alforriadas casadas expressaram em seus testamentos que os maridos haviam contribuído com pouco ou nada para a fortuna dos casal.

Felipe de Godoy é um exemplo de homem forro que esteve envolvido com a venda de alimentos.⁷ Tudo indica que Felipe e sua esposa, a forra Joana do Couto, viviam da venda de quitutes e toucinho. Entre

7. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Felipe de Godoy. Data: 1786. Caixa 117, auto 2336.

os bens do casal se destacavam sete tachos de cobre; uma chocolateira; garrafas de vidro; tabuleiros de pau; barris; vinte sete cabeças de porcos; uma balança de pesar toucinhos; além de terem também, um alqueire de milho plantado.

Quadro 3: Objetos encontrados nos documentos dos homens forros envolvidos com o pequeno comércio no Termo de Mariana (1727-1838)

Objetos	Quantidade
Bacias de fazer doce e pão de ló	10
Balanças	3
Barris com arcos de ferro	20
Caixas de frasqueiras	6
Caldeirão de cobre	2
Chocolateira	2
Coco de cobre	1
Frascos de vidro	25
Garrafas de vidro	8
Ralo de cobre	1
Tabuleiros	8
Tachos de cobre	22
Trepes de ferro	1

Fontes: Testamentos e inventários *post-mortem* do AHCSM

A forra Rosa Soares Bernardes, natural da Costa da Mina e moradora na cidade de Mariana em 1787 também estava envolvida com o pequeno comércio.⁸ Entre seus bens destacavam-se uma caixinha de guardar doces com fechadura; barris; bacias de cobre de fazer doce; uma chocolateira; tachos e pratos de cobre.

O casal de forros Rosa e Antônio – um dos casais mais ricos que encontramos entre os pesquisados – plantavam mandioca e produziam farinha de mandioca.⁹ Entre as posses do casal encontrava-se um “forno

8. AHCSM. 1º Ofício. Inventário *post-mortem* de Rosa Soares Bernardes. Data: 1787. Códice 124, auto 2599.

9. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Rosa da Silva Torres. Data: 1742. Códice 63, auto 1423.

de cobre de fazer farinha”, pás de ferro, tachos, cocos e caldeirões de cobre. O casal era proprietário de uma “rocinha” localizada nos arredores da Vila do Carmo, com um pequeno terreno onde se plantava banana e mandioca. A rocinha contava ainda com uma casa de vivenda, com senzalas cobertas de capim, com uma “roda de mão de fazer mandioca” e com algumas criações de porcos e marrecos. Além disto, Rosa e Antônio tinham vários objetos que podiam ser empregados nas atividades de pequeno comércio, tais como balanças de pesar, garrafas em vidro, vários tabuleiros, barris e arcos de ferro. O casal também era dono de um “serviço de minerar e uma mina localizados no morro em frente a Nossa Senhora do Rosário da Vila do Carmo”.

Já as forras Luiza da Silva Gama¹⁰ e Mariana da Silva,¹¹ certamente, estavam envolvidas com o pequeno comércio. No inventário de Luiza, assim como no de Mariana são alistados objetos e utensílios de cozinha característicos das produções nas vendas e quitandas: tachos de vários tamanhos, bacias, vidros, chocolateiras, garrafas de vidro, potes de barro, barris, tabuleiros, balanças de pesar, caixas grandes, jogos de medidas para vendas e frascos de vidro.

A forra Francisca da Conceição era natural da Costa da Mina, moradora no arraial de Bento Rodrigues em 1781.¹² Solteira e sem filhos, Francisca declarou que havia adquirido todos os seus bens por seu próprio trabalho e indústria. Proprietária de cinco escravos, era também dona de uma venda. Na relação de credores desta forra, há uma dívida proveniente de uma compra de cargas do Rio de Janeiro. Francisca declarou que comprou as cargas para a venda que possuía.

Maria Pinto, preta forra natural do Gentio da Guiné era moradora da cidade de Mariana em 1764.¹³ Casada com Antônio da Costa, a liberta declarou que teve um só filho, ainda quando era solteira. Maria Pinto assim como outras forras também fez questão de separar, em seu testamento, quais bens lhe pertenciam, por tê-los adquirido ainda quando era solteira e o que adquiriu depois de casada.

10. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Luiza da Silva Gama. Data: 1781. Códice 72, auto 1575.

11. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Mariana da Silva. Data: 1755. Códice 122, auto 2456.

12. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Francisca da Conceição, Data: 1781. Livro 57.

13. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Maria Pinto. Data: 1764. Livro 68.

A relação de dívidas do casal é extensa e muito interessante: a natureza de quase todas as dívidas é relativa a cargas de mantimentos. Toucinhos, manteigas, cargas de secos e molhados, carnes de sol, açúcar, água ardente, todos estes itens foram comprados a crédito pelo casal e em grandes quantidades. Entre os credores do casal é mencionado “um homem do Caminho” a quem Maria e Antônio deviam uma quantia de 22\$500 (vinte e dois mil e quinhentos réis). A julgar por estas informações, conjecturamos que o casal, provavelmente, estaria, como outros alforriados, envolvidos com a atividade do pequeno comércio. A referência a este credor apenas identificado como “um homem do Caminho” pode ser uma referência a um negociante, vindo de um dos Caminhos Reais ou ainda a um responsável por um Registro de Passagem – posto de fiscalização da Coroa Portuguesa que se localizavam ao longo dos Caminhos Reais, nas principais rotas de circulação de mercadorias, nos quais se cobravam impostos.

Alguns homens forros declararam ter entre seus bens, ferramentas ou terras de minerar. É o caso, por exemplo, do forro Ventura Álvares da Costa e dos capitães Luiz Ferraz Lima e Pedro Rodrigues da Costa. Ventura era natural de Angola e morador na cidade de Mariana em 1764.¹⁴ O forro declarou que tinha um serviço de minerar e várias ferramentas para nele trabalhar, localizado próximo ao Morro de Santana na cidade de Mariana. O capitão forro Luiz declarou que era dono de “umas terras de minerar” num morro conhecido como Raposos, na localidade de Catas Altas, em 1774.¹⁵

Já o capitão forro Pedro Rodrigues da Costa investia em duas atividades econômicas; era proprietário de umas terras de minerar nas proximidades do Itacolomi e tinha uma banca de sapateiro com suas ferramentas.¹⁶ Roberto Guedes (2008) destacou que o exercício do ofício de sapateiro pelos pardos e pretos esteve, muitas vezes, condicionado à comprovação da condição de livres e forros dos mesmos. Guedes (2008) também ponderou que os sapateiros estimavam que sua ocupação não era infame – no sentido de não se constituir como um defeito mecânico – uma vez que produziam artigos nobres e que eram signos de liberdade, tendo

14. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Ventura Alvares da Costa. Data: 1764. Livro 68.

15. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Luiz Ferraz Lima. Data: 1777. Caixa 33, auto 785.

16. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Pedro Rodrigues da Costa. Data: 1789. Livro 66.

em vista a ostentação do sapato em sociedades escravistas (GUEDES, 2008, p. 85). Neste sentido, o forro Pedro podia ostentar sua condição de liberto não só com o título de capitão, mas também tendo uma banca de sapateiro.

Alguns homens libertos estiveram envolvidos com a plantação e com cultivo de grãos e legumes. O forro Luiz José, por exemplo, morador em Mariana em 1759, era natural de Portugal e declarou que tinha uma roça no Itacolomi, “*com todos os preparos, ferramentas, paiol e moinho*”.¹⁷ Já o forro Sebastião Ribeiro, morador no Inficionado em 1745, declarou que tinha um sítio e que cultivava milho.¹⁸

Já a liberta Mariana Francisca Lopes, moradora em Mariana em 1804, vendia hortaliças para complementar sua renda.¹⁹ E a forra Tereza Maria de Jesus, que teve seu inventário de bens feito em 1790, possuía entre os seus bens vários cortes de tecido; muitas fitas, de variadas cores; pedaços de renda; algodão fiado e com caroço; pedaços de entremeio – uma espécie de renda bordada, em tiras, entre espaços lisos; linhas e cortes de saias. Tais materiais sugerem um envolvimento desta liberta com a atividade de costureira.²⁰

Um tanto curioso era o tipo de serviço que o casal de alforriados Maria Gomes Chaves²¹ e Manoel da Silva executavam. Moradores na cidade de Mariana em 1780, o casal tinha para receber de João de Brito cerca de 3\$000 (três mil réis) provenientes de um serviço que o marido de Maria executava: a confecção de cabeleiras.

Como se pode perceber, por estes fragmentos de trajetórias, os homens e mulheres forros foram autores de estratégias e de mecanismos que não só garantiram a sobrevivência como também possibilitavam a ascensão destes sujeitos na vida econômica da sociedade colonial.

As formas de ascensão econômica e os mecanismos de ascensão social utilizados pelos libertos testadores e inventariados do Termo de Mariana revelaram-se diversos. E embora seja preciso relativizar o

17. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de José Luiz. Data: 1760. Livro 53.

18. AHCSM. 2º Ofício. Inventário *post-mortem* de Sebastião Ribeiro. Data: 1745. Códice 225, auto 2512.

19. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Mariana Francisca Lopes. Data: 1804. Livro: 40.

20. AHCSM. 1º Ofício. Inventário *post-mortem* de Tereza Maria de Jesus. Data: 1790. Códice 122, auto 2541.

21. AHCSM. 1º Ofício. Testamento de Maria Gomes Chaves. Data: 1780. Livro 57.

significado de tais conceitos, tendo-se em vista que se lidou com egressos do cativo, pode-se dizer que alguns libertos experimentaram uma expressiva ascensão econômica e um grau considerável de ascensão social na sociedade em que viviam.

Homens e mulheres libertos desempenharam atividades econômicas rendosas: lidaram com o pequeno comércio, como proprietários de pequenas vendas e certamente atuaram no mercado itinerante de venda de alimentos. Foram também mineiros, exploraram terras minerais. Atuaram como pequenos produtores, plantando legumes, verduras e produzindo farinha. Foram prestadores de pequenos serviços: fabricaram perucas para venda e costuraram para outras pessoas.

À primeira vista, o desempenho de tais atividades econômicas pelos forros pode parecer irrisório. No entanto, é preciso lembrar que estamos lidando com egressos do cativo, que foram escravos, mas que conseguiram se libertar e ascender economicamente e também socialmente nesta mesma sociedade escravista que os escravizou e libertou.

Conhecer as trajetórias destes agentes, em outras localidades da colônia que não seja as Minas Gerais, se constitui numa tarefa de pesquisa interessante, que já foi realizada em partes, mas que precisa ser completada. É preciso destacar que as trajetórias destes agentes foram, minimamente, interessantes e não podem ser menosprezadas e que além disso, o estudo sobre a vida dos libertos contribui para se entender o complexo funcionamento da sociedade colonial.

"WEALTH AS FAR AS POSSIBLE": PROPERTY AND ECONOMIC ACTIVITIES AMONG THE EMANCIPATED PEOPLE IN MARIANA – (1727-1838)

Abstract: This work aims at investigating the ways of economical and social rising experienced by the ones who had obtained emancipation through the Termo de Mariana, between 1727 and 1838. Based on the wills and *post-mortem* documents which belonged to the emancipated men and women, it is analyzed here the possibilities both found and created by them to sustain themselves, to get material assets, and to obtain social recognition in the society to which they belonged. It is important to consider the ways of economical and social rising available to the emancipated ones: the wealth available to them and the social rising in that society almost exclusively constituted of free and white people.

Keywords: Emancipated people, social rising and economical rising.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos Magalhães. Quotidiano da população forra em Minas Gerais do período colonial. In: *Oceanos. Viver no Brasil Colônia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Construções dos Descobrimentos Portugueses, n° 42, abril/junho, 2001.

ALMEIDA, Carla M. C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: LPH: *Revista de História*, Mariana: N° 5, p. 88 – 111, 1995.

_____. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: *As Minas Setecentistas*, 2. RESENDE, M. E. L. De & VILALTA, L. C. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

BOTELHO, Tarcísio R. & LEEUWEN, Marco H. D. van (Org.). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2009.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas Milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX)*. In: FRAGOSO, João (org.). *Escritos sobre História e Educação: uma homenagem a Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/SAPERJ, 2001.

_____. *Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Concurso para professor titular em História do Brasil. Niterói: (manuscrito), 2004.

_____. *Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil. Caxambu, MG. 2008.

FIGUEIREDO, Luciano R. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José de Olympio, 1993.

_____. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, UNESP, 1997.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e Testamentos como fontes de pesquisa. In: CASIMIRO, Ana P. B. S (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

FURTADO, Junia F. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

_____. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. As mulheres nas minas do ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; e VILLALTA, Luiz Carlos (Org.)s. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2007, v.2; p. 483 e 484.

_____. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. Quem nasce, quem chega: O mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. In: LIBBY, D. C. & FURTADO, J. F. (Org.)s. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. P. 248.

_____. O retorno como missão: O mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé. In: BOTELHO, T. R. & LEEUWEN, M. H. D. van (Org.)s. *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

_____. *Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas Setecentistas*.

_____. Entre becos e vielas: o Arraial do Tejuco e a sociedade diamantífera setecentista. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

GONÇALVES, Andréa L. *As margens da liberdade: um estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

_____. Legislação e condição social de escravos e libertos na sociedade mineira. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

_____. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

_____. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade – (Porto Feliz, SP, Século XIX). In: *Afro – Ásia*, Nº 35, 2007. P. 83-141.

_____. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. V. 10, n.18, jul. - dez. 2007.

LEWCOWICZ, Ida. Heranças e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Nº 21, p. 227 – 240, Set. 1988/fev. 1989.

_____. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII E XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira & MARTINS, Ilton Cesar. (Org.)s. *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2010.

_____. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas C. & FURTADO, Junia F. (Org.)s. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

MÓL, Cláudia C. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 a 180)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

_____. *Escravos e libertos em Minas Gerais: estratégias de resistências através dos testamentos*. Belo Horizonte: Annablume, 1995.

_____. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas Minas. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*, 2000.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFGM, 2001.

_____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo. In: *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. PAIVA, E. F. & ANASTASIA, Carla M. J. (Org.)s. São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2002.

_____. Depois do cativo: a vida dos libertos em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia L. de & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.)s. *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*. Volume um. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa*. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~edupaiva/ColoquioElianaTexto.pdf>> . Acesso em: 27 de fev. 2011.

_____. Trânsito e mobilidade entre mundos: Escravidão globalizada, comércio e práticas culturais. In: FURTADO, J. F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFGM, 2008.

PAIVA, Eduardo F. (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____; IVO, Isnara Pereira (Org.)s. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História - UFGM, 2008.

_____. Depois do cativo: a vida dos libertos em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C. (Org.)s. *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*. Volume um. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PINHEIRO, Fernanda A. D. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2006.

PUFF, Flávio R. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716-1755)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

SAUNDERS, A.C. de C. M. *A História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441- 1555)*. Temas Portugueses. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-63). In: *Território, conflito e identidade*. CHAVES, C. M. das G. & SILVEIRA, M. A. (Org.)s. Belo Horizonte, MG: Argumentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: *Ensaio sobre o ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFGM, 1978. P. 1-145.

SOBRE A AUTORA

Rogéria Cristina Alves é Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais

Recebido em 10/08/2012

Aceito em 22/10/2012